

OS ESCRITÓRIOS 10.8.56

ESTÃO outra vez na berlinda os Escritórios Comerciais do Brasil no exterior. Anuncia-se, por um lado, que um senador apresentou projeto, semelhante ao já apresentado por um deputado, mandando extinguir esses Escritórios. Diz-se, por outro lado, que o governo determinou a volta ao país de todos os chefes e funcionários com mais de quatro anos de exterior.

Nesta última informação eu não acredito muito. Seria possível, se tivesse sido tomada de sopetão. Anunciada há algumas semanas, permitirá que todos os interessados se movimentem para anular a iniciativa; e ninguém, ou quase ninguém, é chefe de Escritório sem ter bons amigos no governo, principalmente no Ministério do Trabalho ou no Partido Trabalhista. Importaria, além disso, em uma despesa enorme com passagens e ajudas de custo tanto para que os tivessem de vir como para os que tivessem de ir. Nada nos garante, aliás, que as novas nomeações fossem obedecer a critério melhor que as antigas; o provável é que a maioria dos novos chefes e funcionários fosse indicada pelos mandões do PTB, com algumas exceções para recomendados diretos do Catete e... dos generais. Gastar um montão de divisas para no fim tudo ficar no mesmo, ou talvez pior, não vale a pena.

A extinção dos Escritórios é possível. Antes, porém, de extingui-los, é bom pensar nos serviços que eles prestam. É verdade que alguns deles não prestam serviço algum ou prestam serviços muito escassos, que não justificam a despesa que dão. Mas há os que são realmente úteis, chefiados por homens diligentes e capazes. As embaixadas e legações poderiam tomar a si esses serviços? Não tenho dúvida em responder: com o pessoal e as verbas com que contam hoje essas representações não poderiam fazê-lo. Os Escritórios Comerciais são procurados diariamente por industriais e comerciantes interessados em entabular ou ampliar negócios com o Brasil; recebem diariamente numerosas cartas de organismos oficiais e de produtores ou comerciantes brasileiros interessados em resolver alguma questão ou obter alguma informação. O trabalho de fornecer todas essas informações, manter todos os contactos e toda a correspondência exige pessoal, instalações, fichários, etc., de que nossas representações diplomáticas não dispõem.

O simples fato de haver Escritórios desidiosos não quer dizer, portanto, que se deva acabar com todos eles. Aqui dentro e lá fora temos numerosas repartições que funcionam mal e não compensam a despesa que dão. A própria criação dos ministros para assuntos econômicos, esses verdadeiros cartórios em dólares, que o Congresso aprovou no tempo do velho Vargas, é bem mais criticável que a manutenção dos Escritórios, embora eu não negue a competência de alguns — apenas alguns, e poucos — dos felizes nomeados.

Ou o Itamarati, através da sua Divisão Econômica, é aparelhado para assumir as atuais funções dos Escritórios, ou estes devem ser reorganizados — ou melhor, organizados — para cumprir suas funções. A extinção pura e simples me parece um erro. Se o governo quer economizar mesmo de verdade, e não de fita, porque nomeia, sem qualquer necessidade, de pura politiquice, cavalheiros estranhos ao Itamarati para embaixadas e legações? E por que o Senado aprova essas nomeações?

Uma advertência para acabar: temos um verdadeiro patrimônio no exterior, que são as instalações dos Escritórios Comerciais, algumas delas em pontos excelentes, pagando aluguéis antigos e com móveis e pertences de valor considerável. Antes de mandar fechar e liquidar tudo, caso se resolva mesmo acabar com os Escritórios, conviria examinar a conveniência de ser tudo entregue ao Itamarati, cujas embaixadas e consulados muitas vezes não têm instalações bastantes amplas. Mesmo porque sempre há o perigo — e não seria a primeira vez — de que as autoridades, depois de resolver fechar, resolvam reabrir algum Escritório, e a despesa então seria enorme e estúpida. Acho que os parlamentares fariam bem em pensar em todas essas coisas antes de votar a favor ou contra o novo projeto.

Tanto no Itamarati como no Ministério do Trabalho há, seguramente, anteprojetos de organização dos Escritórios. Por que não trazê-los agora a debate?